



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 5.622, de 24 de julho de 2007.
Projeto de Lei nº 5.775
Autor: Poder Executivo Municipal

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INTEGRA À SUA ESTRUTURA O CONSELHO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, INSTITUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA N. 339, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Educação de Maceió – COMED, integrante do Sistema Municipal de Ensino, em conformidade com o art. 56 da Lei Orgânica do Município de Maceió, criado pela Lei Municipal n. 4.401, de 30 de dezembro de 1994, e reformulado pelas Leis Municipais ns. 5.133, de 20 de junho de 2001, e 5.137, de 16 de junho de 2001, passa a ser disciplinado por esta Lei.

Parágrafo único. A disciplina do Conselho Municipal de Educação de Maceió, de que trata esta Lei, incorpora a regulamentação prevista na Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier a substituí-la, a qual dispôs, com base no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado, de caráter normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e de controle social do Sistema Municipal de Ensino, constitui-se unidade orçamentária, tendo como finalidades:

I – contribuir para a elaboração de planos e políticas educacionais que proporcionem uma educação de qualidade, vinculada ao mundo do trabalho e a prática social;

II – propor e apoiar metas, buscando a universalização do atendimento escolar no âmbito do sistema municipal de ensino e o desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de acordo com os princípios éticos, políticos e estéticos da Constituição Federal e das Diretrizes Curriculares Nacionais, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação para esses níveis de ensino;

III – acompanhar, controlar e avaliar as políticas educacionais e a distribuição, transferência e aplicação dos recursos destinados à educação do Município de Maceió, zelando pela transparência da gestão.





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



Art. 3º. O Conselho Municipal de Educação de Maceió, observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União, do Estado de Alagoas e do Município de Maceió, bem como a Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier a substituí-la, tem a seguinte estrutura:

I – Conselho Pleno;

II – Diretoria;

III – Câmara de Educação Básica Municipal, compreendida por Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional;

IV – Câmara do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEBM no âmbito Municipal.

Art. 4º. São competências e atribuições do Conselho Municipal de Educação de Maceió:

I – elaborar o seu regimento interno;

II – fixar normas complementares, nos termos da legislação em vigor, para:

a) a educação infantil e o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos sob sua competência.

b) o funcionamento e o credenciamento das instituições do sistema municipal de ensino;

c) o currículo dos estabelecimentos de ensino sob sua jurisdição;

d) a capacitação de professores para lecionar em caráter emergencial;

e) a elaboração do regimento dos estabelecimentos de ensino;

f) a enturmação de alunos em qualquer ano, série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, independentemente de escolarização anterior;

g) a progressão parcial, nos termos do art. 24, inc. III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN;

h) a progressão continuada nos termos do § 2º, do art. 32, da LDBEN;

i) o treinamento em serviço previsto no § 4º, do art. 87, da LDBEN;

j) o credenciamento das escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, acompanhando e avaliando a aplicação dos recursos públicos, quando repassados a essas escolas de acordo com os princípios contidos no art. 135 da Lei Orgânica do Município;

III – analisar e aprovar:

Câmara Municipal de Maceió	
ARQUIVO DISPONIBILIZADO PELO SITE.	
Validação: https://www.maceio.al.leg.br/	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



- a) o Plano Municipal de Educação, nos termos da Legislação vigente;
 - b) os regimentos e Bases Curriculares das Instituições Educacionais do Sistema Municipal de Ensino;
 - c) as transferências de bens às escolas públicas estaduais ou transferências de serviços educacionais ao município;
 - d) o critério para o processo de avaliação de desempenho do professor;
 - e) o critério para o processo de avaliação institucional;
 - f) a lotação, carga horária e jornada de trabalho dos profissionais de educação nas escolas da rede municipal;
- IV – emitir parecer sobre convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais que o Poder Público Municipal pretenda celebrar ;
- V – pronunciar-se previamente sobre a criação de estabelecimentos municipais de ensino;
- VI – autorizar o funcionamento de Cursos em instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino;
- VII – credenciar as instituições do Sistema Municipal de Ensino;
- VIII – exercer competência recursal em relação às decisões das entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias;
- IX – representar as autoridades competentes e, se for o caso, requisitar sindicância em instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias;
- X – estabelecer medidas que visem à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino ou propô-las se não forem se suas alçadas;
- XI – acompanhar e avaliar a execução dos planos educacionais do município;
- XII – manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza pedagógica que lhe forem submetidos pelo Prefeito ou Secretario de Educação e de entidades de âmbito municipal ligadas à educação;
- XIII – estabelecer critérios para fins de obtenção de apoio técnico, financeiro e de cessão de pessoal do Poder Público para as instituições filantrópicas, confessionais, comunitárias devidamente credenciadas e sem fins lucrativos;
- XIV – manter intercâmbio com Conselhos de Educação e instituições congêneres;
- XV – manter relação direta e periódica com os Conselhos Escolares das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Maceió;

Câmara Municipal de Maceió	
ARQUIVO DISPONIBILIZADO PELO SITE.	
Validação: https://www.maceio.al.leg.br/	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



XVI – propor formas de parcerias e compatibilização de decisões e ações entre as diversas esferas de governo no campo da educação, visando ao melhor atendimento da população e à racionalização de esforços e recursos;

XVII – exercer outras atribuições, previstas em lei, ou decorrentes da natureza de suas funções.

XVIII – analisar as estatísticas da educação, anualmente, oferecendo subsídios ao Sistema Municipal de Ensino de Maceió;

XIX – mobilizar a sociedade civil e o Estado para a progressiva ampliação da jornada escolar para tempo integral;

XX – acompanhar e/ou propor a articulação da área educacional com programas de outras secretarias;

XXI – propor políticas de valorização dos profissionais da educação, visando seu melhor desempenho pedagógico;

XXII – acompanhar a gestão administrativo-financeira da Secretaria Municipal de Educação de Maceió;

XXIII – mobilizar a sociedade civil e o Estado para a garantia da gestão democrático-participativa nos órgãos e instituições públicas do Sistema Municipal de Ensino - SME;

XXIV – controlar e fiscalizar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de Maceió;

XXV – conferir e emitir pareceres quanto às prestações de contas referentes ao FUNDEB, com base no que dispõe a Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier substituí-la, bem assim de acordo com a Emenda Constitucional n. 53 e o disposto pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas;

XXVI – acompanhar e fiscalizar os outros recursos estabelecidos pelo art. 212 da Constituição Federal de 1988, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino no âmbito do Município de Maceió, os quais não compõem os recursos do FUNDEB;

XXVII – convocar a Conferência Municipal de Educação, caso a Secretaria Municipal de Educação de Maceió não o faça nos prazos definidos no art. 14, parágrafo único, do Decreto n. 5.997, de 14 de setembro de 2000;

XXVIII – supervisionar o Censo Escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, com o objetivo de concorrer para o regular tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos.

Art. 5º. O Conselho Pleno, integrado por todos os Conselheiros Municipais de Educação de Maceió, é o órgão superior do Conselho Municipal de Educação de Maceió, funcionando como instância recursal e deliberativa máxima das competências dispostas no artigo 4º desta Lei.

Câmara Municipal de Maceió	
ARQUIVO DISPONIBILIZADO PELO SITE.	
Validação: https://www.maceio.al.leg.br/	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



Parágrafo Único. O Pleno do Conselho reunir-se-á, ordinariamente, quinzenalmente. e. extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Educação será composto por 19 (dezenove) membros titulares representantes da sociedade civil e do Poder Público, eleitos e indicados pelas suas respectivas entidades e órgãos e nomeados pelo Prefeito Municipal, assim distribuídos nas duas Câmaras:

I – 10 (dez) componentes da Câmara da Educação Básica, sendo:

a) 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação;

b) 1 (um) representante dos estudantes da educação básica pública municipal, indicado por entidade representativa estudantil, e ou eleito em assembléia;

c) 1 (um) representante dos pais de alunos da educação básica pública municipal, eleito em assembléia;

d) 2 (dois) representantes dos professores, sendo um da educação básica pública e um da educação infantil da rede privada de ensino de Maceió, indicados pelos respectivos sindicatos, eleitos em assembléia;

e) 1 (um) representante das Instituições Públicas Formadoras de Professores, sediadas no Município de Maceió, escolhido em instância colegiada competente;

f) 1 (um) representante dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Privada de educação infantil (nestes incluídas as escolas filantrópicas, confessionais ou comunitárias, sem fins lucrativos, que mantenham ensino especial), indicado pelo respectivo sindicato em assembléia para tal fim;

g) 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicado pelo colegiado;

h) 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, indicado pelo colegiado;

II – 9 (nove) componentes da Câmara do FUNDEB, sendo:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;

b) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública municipal, indicados por entidade representativa estudantil e/ou eleito em assembléia;

c) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal, eleitos em assembléia;

Câmara Municipal de Maceió	
ARQUIVO DISPONIBILIZADO PELO SITE.	
Validação: https://www.maceio.al.leg.br/	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



d) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal, indicado em assembléia pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação;

e) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais, indicado pelo sindicato dos Trabalhadores da Educação;

f) 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais, indicado pela organização dos diretores escolares em assembléia;

g) 1 (um) representante do Conselho Tutelar do Município de Maceió, indicado em reunião do colegiado;

§ 1º. Para os fins desta Lei, a educação especial integra a educação básica pública municipal.

§ 2º. Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

§ 3º. Os conselheiros, indicados pelas respectivas instituições ou entidades representativas, deverão ser eleitos por seus pares em assembléias, em conformidade com o que estabelece a Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier substituí-la, especialmente na composição da Câmara do FUNDEB.

§ 4º. Caso não haja indicação dos professores, servidores, diretores, pais e estudantes, nos prazos estabelecidos, o Presidente do Conselho Municipal de Educação, em conjunto com a Coordenação de Gestão Democrática da SEMED, convocará assembléias dos conselheiros escolares das escolas públicas municipais para a escolha dos respectivos representantes indicados para a composição das Câmaras.

§ 5º. Os Conselheiros serão distribuídos em Câmaras e também em Comissões, cuja composição dar-se-á por ato do Conselho, respeitando as opções dos seus membros, a conveniência do Colegiado e o que estabelece a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, ou a Lei Federal que vier substituí-la.

§ 6º. As Câmaras e Comissões elegerão seus Coordenadores a cada ano, permitida uma recondução.

§ 7º. As matérias específicas das Câmaras serão estudadas e aprovadas em primeira instância pela respectiva Câmara e, posteriormente, referendadas pelo Pleno do Conselho, ou poderão ser reexaminadas a pedido deste.

§ 8º. A Câmara do FUNDEB terá atenção especial ao controle e fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

§ 9º. As atribuições e funcionamento de cada Câmara e Comissões serão definidas no Regimento Interno, assim como as normas de funcionamento e administração do Conselho.

Câmara Municipal de Maceió	
ARQUIVO DISPONIBILIZADO PELO SITE.	
Validação: https://www.maceio.al.leg.br/	





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



Art. 7º. Os impedimentos previstos no § 5º, do art. 24, da Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier a substituí-la, aplicar-se-ão a todos os conselheiros municipais de educação, integrantes das Câmaras e Comissões do COMED.

Art. 8º. É impedido de ocupar a função de Presidente do Conselho Municipal de Educação COMED e da Câmara do FUNDEB, representante do Governo Municipal, conforme estabelece o § 6º, do art. 24, da Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier a substituí-la.

Art. 9º. Os membros do Conselho Municipal de Educação terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 1º. Serão imediatamente substituídos os conselheiros que eventualmente perderem a condição que os indicou, de acordo com o disposto no § 2º do art. 6º desta Lei.

§ 2º. O substituto do conselheiro afastado concluirá o tempo restante do mandato.

Art. 10. Os membros do Conselho não perceberão remuneração pela participação no colegiado, salvo a título de ajuda de custo.

§ 1º. O Conselheiro terá direito, quando estiver em viagem a serviço, representando o órgão, ou participando de eventos educacionais, à percepção de diárias e transporte.

§ 2º. Aos conselheiros presentes às reuniões ordinárias e extraordinárias, de Conselho Pleno e Comissões, caberá o valor de R\$ 132,82 (cento e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), para ajuda de custo com as despesas de transporte, alimentação e comunicação, por sessão, sendo computadas, para fins de remuneração, apenas uma por dia e o máximo de quatro reuniões mensais.

§ 3º. É obrigatório o comparecimento dos conselheiros a todas as sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Pleno, das Câmaras e Comissões, sob pena de perda do mandato, salvo as ausências devidamente justificadas.

§ 4º. As reuniões da Câmara do FUNDEB não serão remuneradas.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação de Maceió garantirá infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho Municipal de Educação, com base na legislação pertinente e dotações orçamentárias específicas ao COMED, assim como oferecerá ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo Conselho.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Educação, integrante do Sistema Municipal de Ensino, atuará sem subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal, obedecendo aos princípios da autonomia, da pluralidade social e da gestão democrática.

Art. 12. O mandato dos atuais conselheiros municipais do FUNDEF encerra-se com a publicação desta Lei.

Art. 13. No prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação desta Lei serão indicados os novos membros que integrarão a composição do Conselho, atendendo obrigatoriamente ao que

Câmara Municipal de Maceió	
ARQUIVO DISPONIBILIZADO PELO SITE.	
Validação: https://www.maceio.al.leg.br/	





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO PREFEITO



dispõe a Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier a substituí-la e normas complementares relativas ao FUNDEB.

Art. 14. No prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei, serão aprovadas, no âmbito do Conselho Pleno, as adequações necessárias do Regimento Interno do COMED para atender a presente Lei Municipal e ao disposto na Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006.

Art. 15. A distribuição proporcional de recursos do FUNDEB em Maceió será feita de acordo com o previsto na Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, ou Lei Federal que vier a substituí-la.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar, através de Decreto, as disposições da presente Lei, podendo inclusive abrir créditos suplementares na forma estabelecida na legislação para atender despesas decorrentes de aplicação e execução desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais ns. 4.401, de 30 de dezembro de 1994; 5.133, de 20 de junho de 2001; e 5.137, de 16 de julho de 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, 24 de julho de 2007.


José Cícero Soares de Almeida
Prefeito

Publicado no DOM
851 321 02
Encarregado

